

HABEAS CORPUS Nº 547.904 - RJ (2019/0353507-1)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
LAURA JULIA ANDRADE FONTENELLE - RJ078959
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARIA VIRGINIA SOARES TORQUATO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MARIA VIRGINIA SOARES TORQUATO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro na Apelação n.º 0408775-09.2015.8.19.0001.

Consta dos autos que a Paciente foi denunciada como incurso no art. 155, *caput*, c.c. o art. 14, inciso II, do Código Penal, por tentar subtrair para si, de estabelecimento comercial, 6 (seis) peças de carne, totalizando 16,350kg (dezesesseis quilos, trezentos e cinquenta gramas) de contrafilé, da marca Friboi, no valor total de R\$400,57 (quatrocentos reais e cinquenta e sete centavos).

Em primeiro grau, foi sumariamente absolvida na forma do art. 397, inciso I, do Código de Processo Penal. Contudo, o Tribunal *a quo* deu provimento ao apelo acusatório para determinar o prosseguimento da instrução criminal, em acórdão assim ementado (fl. 14):

"APELAÇÃO - ARTIGO: 155, CAPUT, N/F 14, II, AMBOS DO CP.

Absolvição sumária. Princípio da Insignificância. Narra a denúncia que, a apelada, consciente e livremente, subtraiu para si 06 peças de carne, totalizando 16,35kg de contrafilé, no valor total de R\$400,57.

Registra-se que, o delito de furto não se consumou por circunstâncias alheias à vontade da recorrida. COM RAZÃO O MP:

Impossível a aplicação do Princípio da Insignificância. Princípio da bagatela é uma construção doutrinária e jurisprudencial mais liberal, que permite a exclusão da tipicidade, na ocorrência de lesão que seja considerada insignificante e sem qualquer significação social. Tal princípio não pode ser invocado para afastar a tipicidade, pois importaria no desprestígio da função preventiva da norma, estimulando a reiteração de delitos.

Superior Tribunal de Justiça

Não cabe, portanto, considerar uma conduta típica já delineada no ordenamento jurídico, como atípica. A vigora aludido princípio pela tutela do Judiciário, além de ofender os princípios constitucionais da reserva legal, importa em inaugurar incertezas e inseguranças que adentram as esferas morais e patrimoniais. De outro ângulo, o que é insignificante para um pode não ser bagatela para outro, haja vista a diversidade socioeconômica dos indivíduos, carecendo o princípio de objetividade em sua incidência. A conduta praticada pela apelada é relevante e ofensiva ao tipo penal previsto no art. 155, caput, do Código Penal. PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL PARA AFASTAR A INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E REFORMAR A SENTENÇA QUE ABSOLVEU SUMARIAMENTE A APELADA, DETERMINANDO A CONTINUAÇÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL."

A Defensoria Pública Impetrante alega, em suma, a atipicidade material da conduta porque *"os bens foram integralmente restituídos, razão pela qual não experimentou a vítima qualquer prejuízo material que levasse à afetação de seu patrimônio. Portanto, nota-se a insignificância da conduta da Paciente"* (fl. 8).

Busca, assim, (fl. 13):

"a concessão da ordem para cassar o v. Acórdão emanado da Colenda Quarta Câmara Criminal do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, restabelecendo-se a r. Sentença monocrática que absolveu sumariamente a Paciente, com base no princípio da insignificância, trancando-se a ação penal."

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

A concessão da tutela de emergência, em juízo de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante, e em grau bastante satisfatório, da plausibilidade do direito arguido e do perigo na demora. Todavia, ao menos por ora, não se mostram presentes os pressupostos autorizadores da medida urgente requerida no caso em apreço.

Isso porque, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é *"incabível a aplicação do princípio da insignificância quando o montante do valor da res furtiva superar o percentual de 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos"* (AgRg no REsp 1.729.387/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA,

QUINTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 09/05/2018).

Na hipótese, a Paciente subtraiu, em 03/10/2015, bens avaliados em R\$400,57 (quatrocentos reais e cinquenta e sete centavos), valor que consiste em mais da metade do salário mínimo vigente à época (R\$ 788,00), o que afasta, em princípio, a aplicação do princípio da insignificância.

A esse respeito, confira-se:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FURTO TENTADO. INSIGNIFICÂNCIA. VALOR DO BEM SUBTRAÍDO SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA ÉPOCA DO FATO. PRÁTICA ANTERIOR DE DELITOS DE MESMA NATUREZA. INAPLICABILIDADE. MAUS ANTECEDENTES. ATIPICIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

II - A aplicação do princípio da insignificância deveria ficar restrita ao exame do fato típico a fim de se constatar a existência de tipicidade material na conduta levada a efeito. Todavia, na linha da jurisprudência do eg. Supremo Tribunal Federal (HC n. 101.998/MG, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe de 31/3/2011 e HC n. 103.359/RS/MG, Rel. Min. Cármen Lúcia, DJe de 22/3/2011) e desta Corte (HC n. 143.304/DF, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 4/5/2011 e HC n. 182.754/MG, Rel. Min. Jorge Mussi, DJe de 27/5/2011), tal circunstância, por si só, não se revela suficiente para o reconhecimento do crime de bagatela. Nessa linha, com relação a qual guardo reservas, deve-se observar, também, as peculiaridades do caso concreto e as características do autor.

III - É inviável a aplicação do princípio da insignificância, pois o valor da res furtiva subtraído da vítima – R\$ 87,95 (oitenta e sete reais e noventa e cinco centavos –, ultrapassa o percentual de 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente à época do crime (R\$ 724,00, conforme Decreto n. 8.166/2013), não podendo ser considerado desprezível a autorizar a incidência do princípio da insignificância.

IV - A jurisprudência pacífica desta Corte é no sentido de que sendo o paciente reincidente ou possuidor de maus antecedentes indica a reprovabilidade do comportamento a afastar a aplicação do princípio da insignificância.

Habeas corpus não conhecido." (HC 485.966/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 19/02/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM HABEAS

CORPUS. INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. REITERAÇÃO DELITIVA. RES FURTIVA SUPERIOR A 10% DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE. REGIME INICIAL. INOVAÇÃO RECURSAL E SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

1. O princípio da insignificância não tem aplicabilidade em casos de reiteração da conduta delitiva, salvo excepcionalmente, quando as instâncias ordinárias entenderem ser tal medida recomendável, o que não ocorreu nos autos. Trata-se de paciente contumaz na prática de crimes contra o patrimônio, que possui sentenças condenatórias com trânsito em julgado por crimes da mesma natureza, inviável o reconhecimento da atipicidade material da conduta.

2. O furto teria sido praticado no dia 18/8/2018, quando o salário mínimo estava fixado em R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais). Nesse contexto, seguindo a orientação jurisprudencial desta Corte, a res furtiva avaliada em R\$116,50 (cento e dezesseis reais e cinquenta centavos) não pode ser considerada de valor ínfimo, por superar 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos. Precedentes.

3. O pleito subsidiário relativo à modificação do regime inicial de cumprimento da pena, além de se tratar de inovação recursal, uma vez que não deduzida na petição do recurso ordinário, também não foi esse pedido apreciado pela Corte de origem, o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça – STJ para análise da matéria, sob pena de incorrer em supressão de instância.

4. Agravo Regimental desprovido." (AgRg no RHC 106.019/MG, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 11/06/2019; sem grifos no original.)

Assim, o caso em análise não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Dispenso o pedido de informações, pois devidamente instruídos os autos.

Ouçá-se o Ministério Público Federal para o parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora